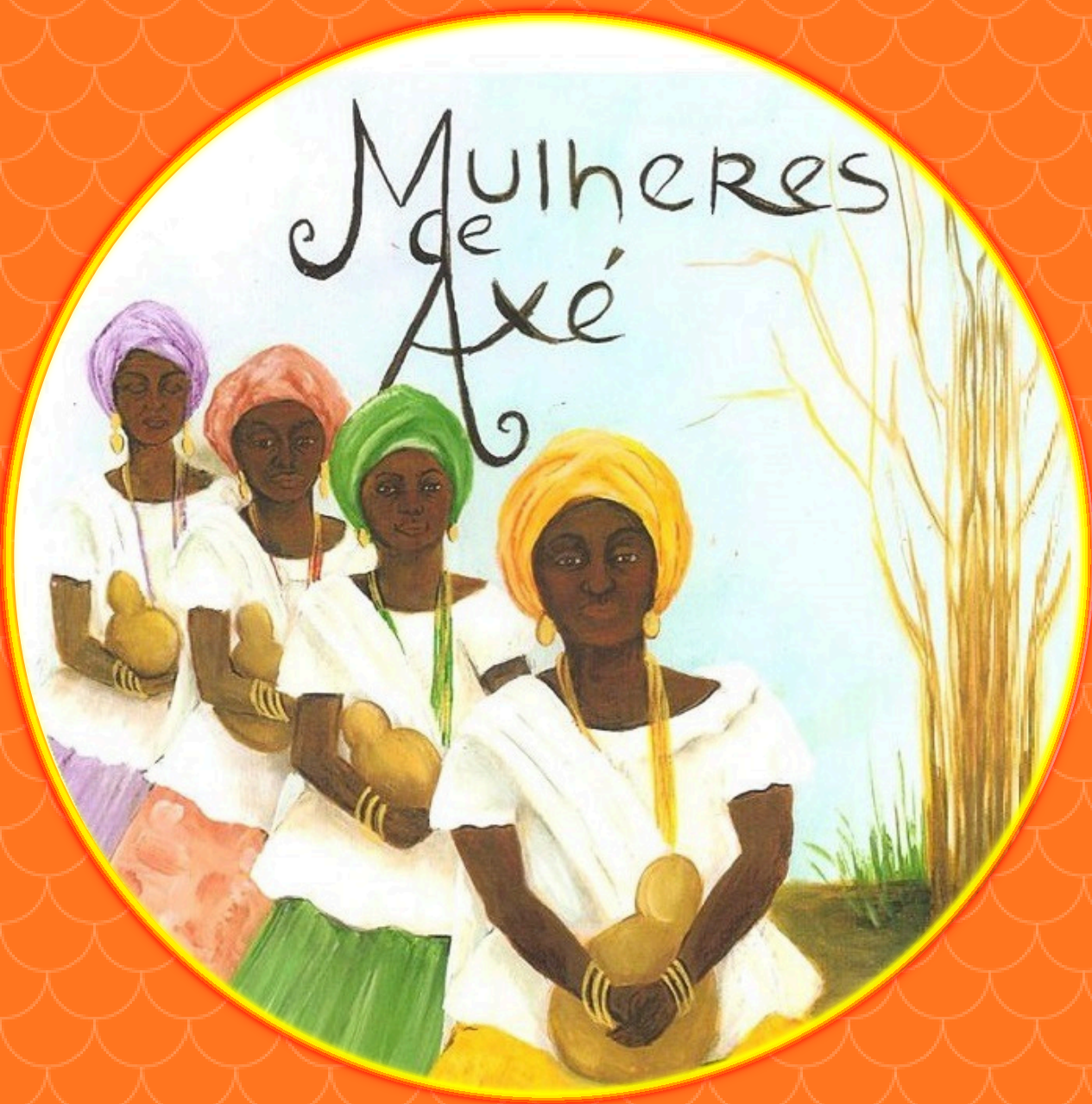


ILÊ OMOLU OXUM



Mobilizadas contra a
violência doméstica e familiar.

A luta continua!



*Mobilizadas contra a
violência doméstica e familiar.*

A luta continua!

Julho de 2026

Realização:

ILÊ OMOLU OXUM



Parceria:





Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jose Da Costa Filho

Vice-reitora

Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Luana Azevedo de Aquino

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Profa. Dra. Cleonice Alves de Melo Bento

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Vicente Aguiar Nepomuceno de Oliveira

Pró-Reitora de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão

Profa. Dra. Ana Paula de Oliveira Sciammarella

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Gustavo Naves Franco

Pró-Reitor de Planejamento

Sidney Cunha de Lucena

Pró-Reitor de Administração

Jeremias da Cunha Lemos Garcia

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Paola Orcades Meirelles

Decana do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Miriam Coser

Diretor da Escola de Museologia

Prof. Dr. Mario Chagas

Diretora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos

Profa. Dra. Monique Magaldi

Coordenação do Programa de Pós-graduação Museologia e Patrimônio

Profa. Dra. Helena Uzeda e Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Memória Social

Profa. Dra. Daniele Achilles Dutra da Rosa e Profa. Dra. Bianca Rihan Pinheiro Amorim

Ficha técnica

Coordenadora geral

Mãe Meninazinha de Oxum

Coordenadora editorial

Mãe Nilce de Iansã

Textos

Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce de Iansã e Egbomi Marco Antonio Teobaldo de Oxóssi

Coordenador administrativo

Ogã Wilton Augusto da Costa

Coordenador de comunicação

Egbomi Marco Antonio Teobaldo de Oxóssi

Ilustração da capa

Katia Caetano

Projeto gráfico

Egbomi Marco Antonio Teobaldo de Oxóssi

Fotografias

Alex Ferro

Fotografias de eventos

Acervo Ilê Omolu Oxum

Revisão

Egbomi Letícia Peçanha de Ogum

Assessoria de Imprensa

CWeA Comunicação

1a. edição - tiragem de 1.000 exemplares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres de Axé : Mobilizadas contra violência doméstica e familiar - A luta continua! / Textos: Mãe Meninazinha de Oxum; Mãe Nilce de Iansã; Marco Antonio Teobaldo. – São João de Meriti, RJ : Ilê Omolu Oxum, 2026.

ISBN 978-65-978999-1-3

1. Direito das mulheres 2. Direitos humanos 3. Mulheres - Abuso - Leis e legislação - Brasil 4. Racismo 5. Religiões afro-brasileiras 6. Violência contra as mulheres 7. Violência doméstica 8. Violência familiar I. Mãe Meninazinha de Oxum. II. Mãe Nilce de Iansã. III. Teobaldo, Marco Antonio.

26-373812.0

CDD-362.8292

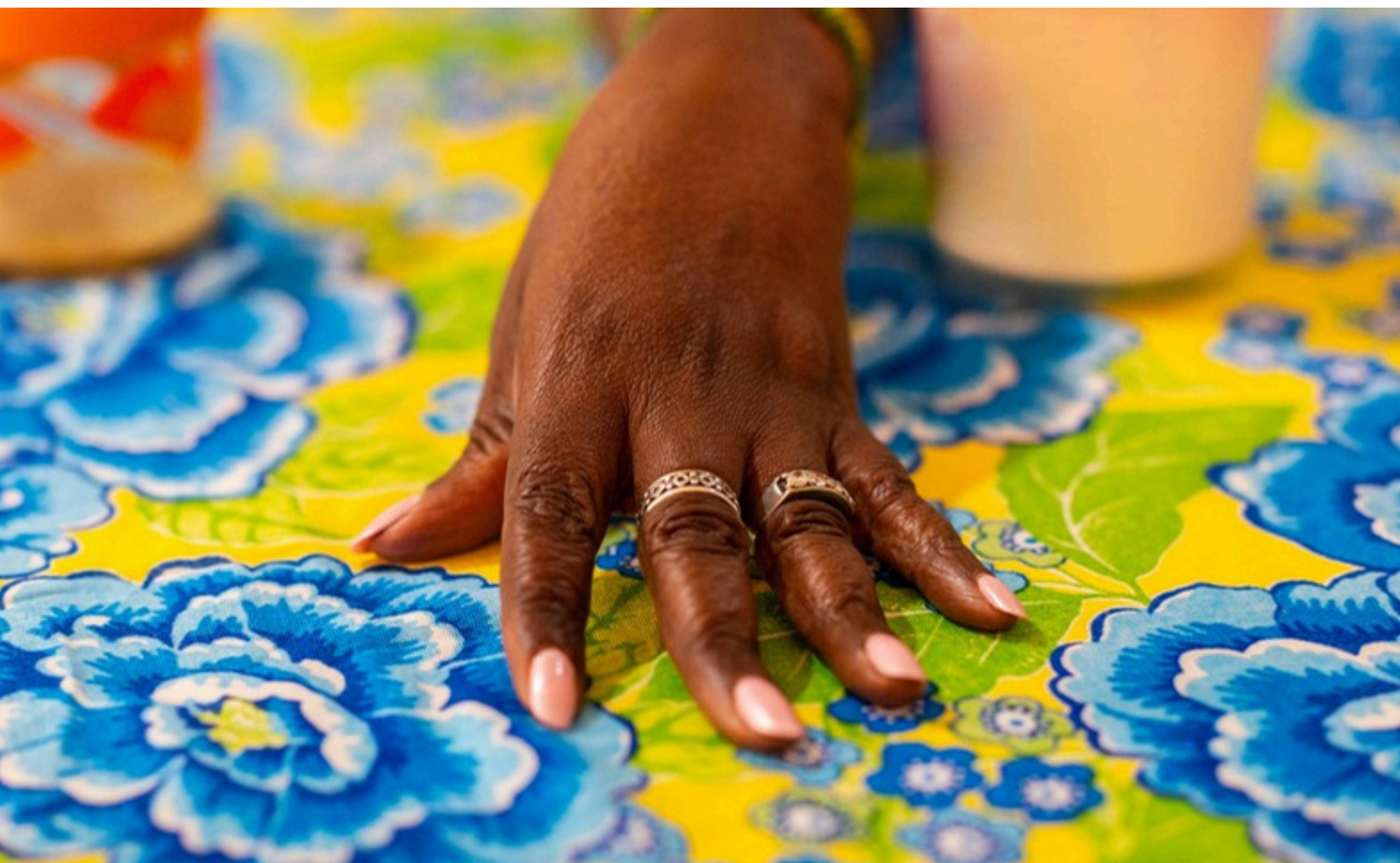
Índices para catálogo sistemático:

1. Violência doméstica e familiar : Problemas sociais 362.8292
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Sumário

Apresentação	06
Nós, Mulheres de Axé	08
A luta continua!	10
Violência doméstica e familiar contra as mulheres	12
Racismo religioso	16
Mulheres de Axé pelo Brasil	20
Canais de atendimento	28
Referências	30



Apresentação

A publicação **“Mulheres de Axé Mobilizadas contra a Violência Doméstica e Familiar. A luta continua!”**, iniciativa do Ilê Omolu Oxum, reafirma o papel estratégico dos terreiros na luta pela vida das mulheres e evidencia as múltiplas violações enfrentadas pelas religiões de matriz africana em nosso país.

O trabalho de mobilização contra a violência doméstica e familiar, iniciado em 2005 pelo Ilê Omolu Oxum no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, tem ressoado por todo o Brasil por meio de articulações e alianças. Essa trajetória fortaleceu os laços comunitários e a consolidação dos terreiros como espaços estratégicos na promoção e defesa dos direitos das mulheres. A liderança de Mãe Meninazinha de Oxum e de Mãe Nilce de Iansã nesses processos nos ensina que os terreiros tem sido lugares importantes de acolhimento, resistência, formação política e transformação social.

Como destacado nesta publicação, “o terreiro muitas vezes é o primeiro (e às vezes o único)” espaço em que as mulheres em situação de violência se sentem seguras para falar. Por serem espaços de acolhimento construídos e liderados por mulheres negras, os terreiros se consolidam como referências para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a produção de conhecimentos fundamentados nas experiências do povo de terreiro, em suas sábias estratégias de cuidado, proteção e acolhimento, bem como em suas práticas de formação política.

A violência doméstica e familiar afeta de forma desproporcional as mulheres negras, produzindo impactos profundos em suas vidas, como adoecimento físico e psíquico, isolamento social, fragilização dos vínculos comunitários e limitações ao pleno exercício de seus direitos. Nesse contexto, iniciativas como esta tornam-se imprescindíveis para a ampliação do debate público, o fortalecimento de redes de apoio e a promoção de estratégias coletivas de enfrentamento à violência.



Ao longo dos anos, tem sido possível observar a expansão da iniciativa de enfrentamento à violência doméstica e familiar do Ilê Omolu Oxum por meio do engajamento de um número crescente de terreiros, das ações organizadas por filhas e filhos de santo e das parcerias estabelecidas com instituições comprometidas com a luta antirracista. A publicação traz um repertório variado de fotos que sintetizam essa trajetória.

A Unirio alia-se a esta iniciativa na expectativa de que as reflexões, análises e o chamado à ação presentes nesta obra inspirem novas alianças e fortaleçam as estratégias de enfrentamento ao racismo religioso, ao racismo patriarcal e à violência contra as mulheres.

Núcleo de Gênero e Diversidade / Pró-reitoria
de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão
Unirio







Nós. Mulheres de Axé

São mais de vinte anos de caminhada institucional do Ilê Omolu Oxum na luta contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres, e ainda que tenhamos conquistado muito (leis, redes de atendimento, mais informação chegando às nossas casas), os números mais recentes nos mostram que a violência contra as mulheres não diminuiu. Pelo contrário: o Brasil tem batido recordes de feminicídio, e isso nos dói profundamente.

Nós, **Mulheres de Axé**, somos diretamente atingidas com isso. Precisamos continuar falando desses assuntos em nossas famílias, em nossas casas, em nossos terreiros. As religiões de matriz africana sofreram e ainda sofrem muita violência e incompreensão, pelo racismo religioso que atinge nosso povo dentro e fora dos terreiros. Orixá é respeito, é harmonia, é união, lutar contra toda forma de violência, contra o racismo estrutural, contra o racismo religioso e contra toda forma de preconceito é uma tarefa nossa, de sempre.

Somos uma tradição de acolhimento. Por isso, não podemos ficar em sentimento de indiferença, nem em silêncio diante da violência contra as mulheres, nem diante do racismo religioso que segue crescendo no nosso país. Sigo contente em ver que nosso Ilê Omolu Oxum continua levando essa discussão para outras comunidades, para outras casas de candomblé, para o nosso povo. Que as **Mulheres de Axé** continuem essa mobilização, que levem essas palavras para outras mulheres, e que assumam, cada uma à sua maneira, esse trabalho que é de todas nós.

Axé!



Mãe Meninazinha de Oxum
Iyalorixá do Ilê Omolu Oxum

A luta continua

Tenho muito que agradecer à minha ancestralidade, aos orixás e principalmente ao meu pai Omolu pela oportunidade de continuar, ano após ano, o trabalho do projeto **Mulheres de Axé Mobilizadas contra a violência doméstica e familiar**. Já são mais de duas décadas dedicadas a esse tema, desde 2005, e cada novo ciclo reafirma o quanto essa caminhada ainda é necessária. Agradecer por essa oportunidade é, antes de tudo, reconhecer o poder daquelas mulheres que vieram antes de nós e a força delas que nos guia para melhores ações em prol de nossa comunidade, fortalecendo nosso compromisso de acolhimento e respeito a todas as pessoas que chegam até a nossa porta.

O projeto **Mulheres de Axé Mobilizadas contra a violência doméstica e familiar** tem uma enorme responsabilidade com o bem-estar, a proteção e a promoção de nossas comunidades e a realidade que nos cerca exige que continuemos de pé. O Brasil registra números recordes de feminicídio, atingindo de forma desproporcional mulheres negras e jovens, muitas vezes dentro da própria casa. Os relatos de violência infantil e contra adolescentes dentro do contexto da violência doméstica continuam alarmantes. Os dados estão nesta publicação, e cada número representa uma vida.





Ao mesmo tempo, ampliamos nosso olhar para outra frente de luta igualmente urgente: o racismo religioso. A pesquisa **Respeite o meu Terreiro**, que coordenamos em parceria com a Renafro e diversas instituições parceiras, mostrou que a grande maioria dos nossos terreiros já sofreu, de alguma forma, racismo religioso, seja por meio de ataques, discriminação, agressões verbais ou físicas, seja pelas redes sociais. Esses dados confirmam o que já sabíamos na pele: ser de terreiro, no Brasil, ainda significa enfrentar preconceito todos os dias. Ser mulher de terreiro, ainda mais.

Por isso, mais do que nunca, reafirmamos: as **Mulheres de Axé** têm tudo a ver com o enfrentamento à violência doméstica e familiar, e também com o enfrentamento ao racismo religioso. São duas faces de uma mesma luta por dignidade, por respeito e pelo direito de existir como mulheres, como pessoas negras, como povo de terreiro. Que essa nova edição do livreto sirva, mais uma vez, como ferramenta de informação, acolhimento e força para todas nós.

Mãe Nilce de Iansã
Iyá Egbé do Ilê Omolu Oxum



Violência doméstica e familiar contra as mulheres

Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (2024)

- Em 2024, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou 1.088.900 atendimentos, um aumento de 45% em relação ao ano anterior, o equivalente a quase 3 mil atendimentos por dia.
- Desse total, foram 155.111 denúncias de violência contra mulheres, alta de 17,4% em relação ao ano anterior, com uma média diária de 425 denúncias.
- As 155.111 denúncias somaram 679.058 relatos de violações (uma mesma denúncia pode envolver mais de um tipo de violência), um crescimento de 18,5% em relação a 2024.



1.088.900
Atendimentos

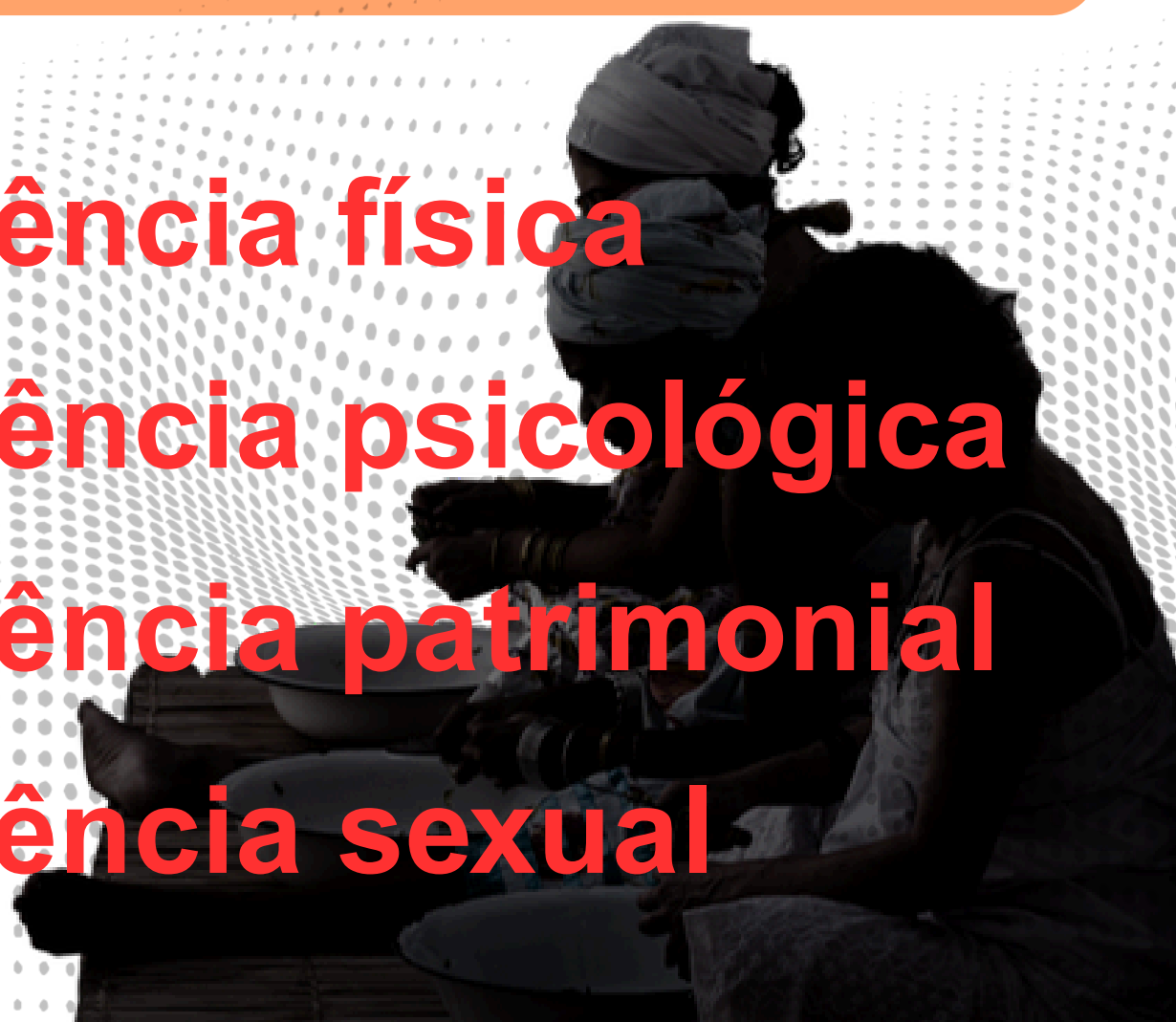
(45% a mais em relação ao ano anterior)

Violência doméstica e familiar contra as mulheres



Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (2024)

- Os tipos de violência mais reportados foram: violência psicológica (49,9% — mais de 339 mil relatos), violência física (15,3% — mais de 104 mil relatos), violência patrimonial (5,4%), violência sexual (3,0%, incluindo importunação sexual) e sequestro/cárcere privado (0,4%).
- Cerca de 75,9% dos casos se enquadram na Lei Maria da Penha.
- Quase 70% das agressões ocorreram em ambiente doméstico: 40,76% na residência da própria vítima, 28,58% em casa compartilhada com o agressor e 5,39% na casa do agressor.

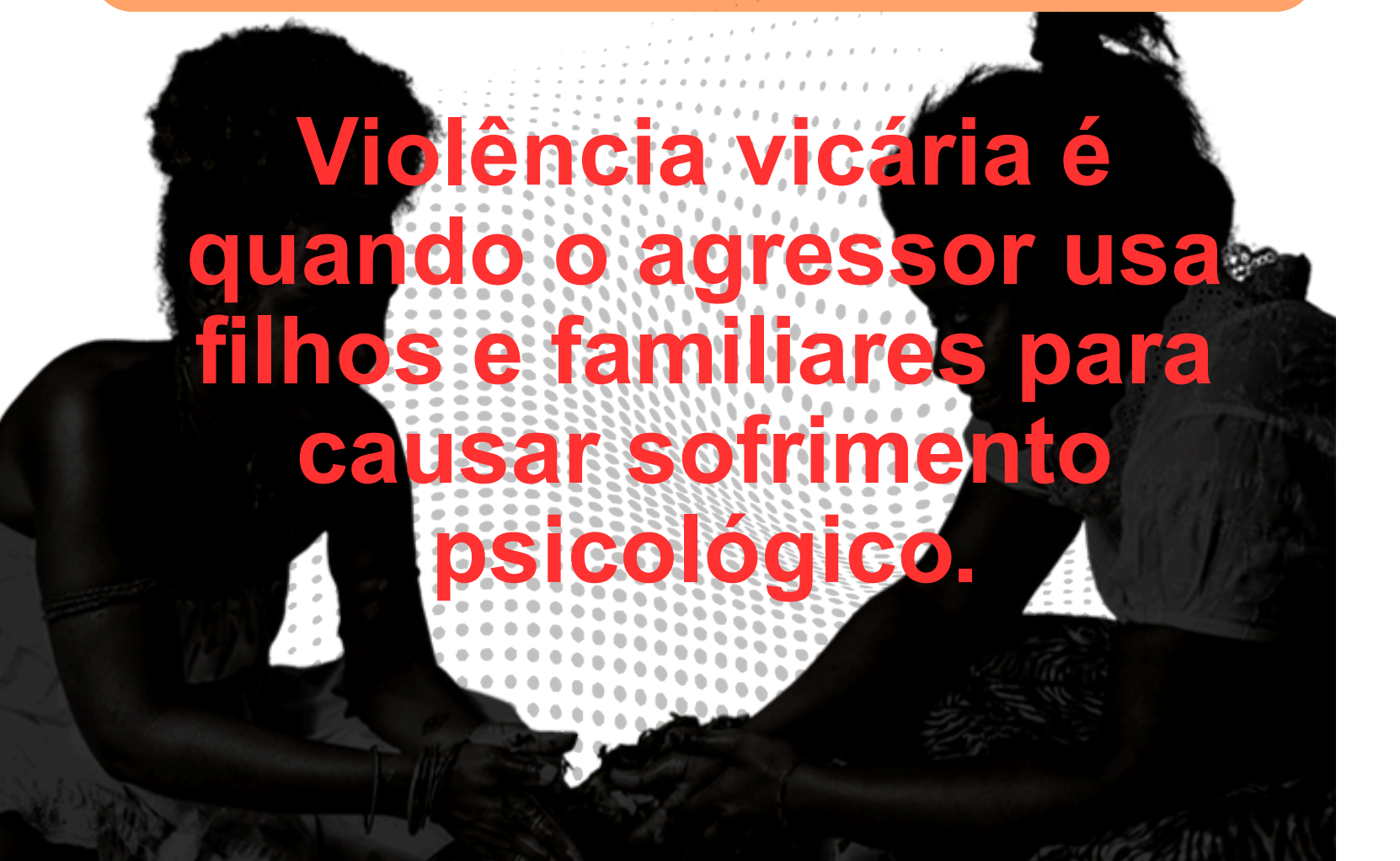


Violência física
Violência psicológica
Violência patrimonial
Violência sexual

Violência doméstica e familiar contra as mulheres

Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (ano-base 2025)

- As denúncias foram feitas majoritariamente pelas próprias vítimas (66,3%), de forma anônima (16,9%) ou por terceiros, como familiares e amigos (16,8%).
- Mulheres negras representam mais de 43% das vítimas registradas.
- Em 2025, foram registradas 7.064 denúncias de violência vicária (4,55% do total) — quando o agressor usa filhos ou outros familiares para causar sofrimento psicológico à mulher. Em 9 de abril de 2026, foi sancionada a Lei 15.384/2026, que tipifica o crime de "vicaricídio" como crime hediondo, com pena de 20 a 40 anos de reclusão.

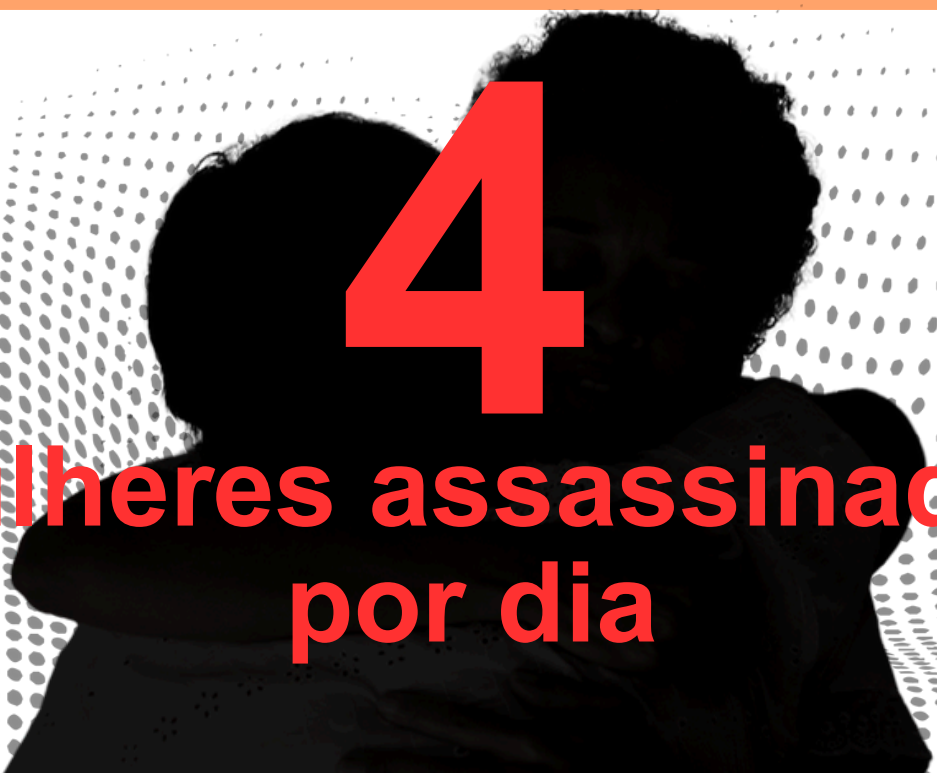


**Violência vicária é
quando o agressor usa
filhos e familiares para
causar sofrimento
psicológico.**



Feminicídio no Brasil (dados de 2025)

- Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou em 2025 o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime em 2015: 1.568 mulheres assassinadas por razões de gênero, um aumento de 4,7% em relação a 2024 — média de quatro mulheres mortas por dia.
- Desde março de 2015, quando o feminicídio passou a ser crime previsto no Código Penal, ao menos 13.703 mulheres foram mortas no Brasil pela condição de ser mulher.
- Em 8 de cada 10 casos, o crime foi cometido por parceiro ou ex-parceiro da vítima; 64% das vítimas são mulheres negras e 71% têm entre 18 e 44 anos.
- Em 2024, foram concedidas 555.001 medidas protetivas de urgência (crescimento de 7% em relação a 2023), mas 101.656 dessas medidas foram descumpridas pelos agressores (aumento de 11%).
- O número 190 (Polícia Militar) recebeu mais de 1 milhão de chamados relacionados à violência contra a mulher em 2024 — em média, duas chamadas por minuto.



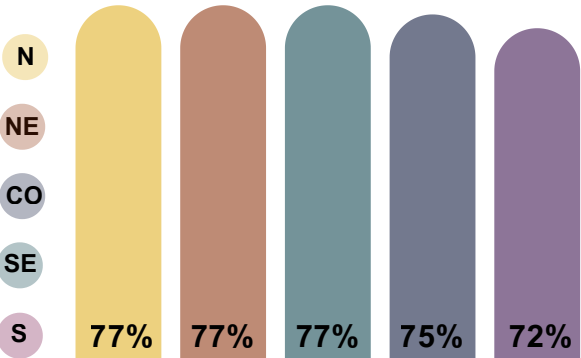
4
**Mulheres assassinadas
por dia**

Racismo religioso

A pesquisa **Respeite o meu Terreiro** é uma iniciativa da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro) e do Ilê Omolu Oxum, coordenada por Mãe Nilce de Iansã. A 2ª edição (2025) foi realizada em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Defensoria Pública da União e o Instituto Raça e Igualdade, e ouviu 511 lideranças religiosas de 258 terreiros em todo o país.

O que a pesquisa revelou

TERREIROS QUE RELATARAM EXPERIÊNCIAS DE RACISMO RELIGIOSO POR REGIÃO



97%
SABEM O QUE É
RACISMO RELIGIOSO

80%
DOS INTEGRANTES
JÁ SOFRERAM
RACISMO

76%
DOS TERREIROS JÁ
SOFRERAM COM A
SITUAÇÃO

Sentimentos relatados

DECEPÇÃO AMARALHA DECEPÇÃO AMEAÇA PESSOA MÁ AMEAÇA PESSOA MÁ
IMPUNIDADE IMPUNIDADE APREENSÃO APREENSÃO
DESAMPARO DESAMPARO PERSEGUIÇÃO PERSEGUIÇÃO VINGANÇA VINGANÇA
CONTRANGIMENTO CONTRANGIMENTO
TRAUMA TRAUMA MEDO MEDO
IMPOTÊNCIA IMPOTÊNCIA TRISTEZA TRISTEZA
ANGÚSTIA ANGÚSTIA INJUSTIÇA INJUSTIÇA SOLIDÃO SOLIDÃO



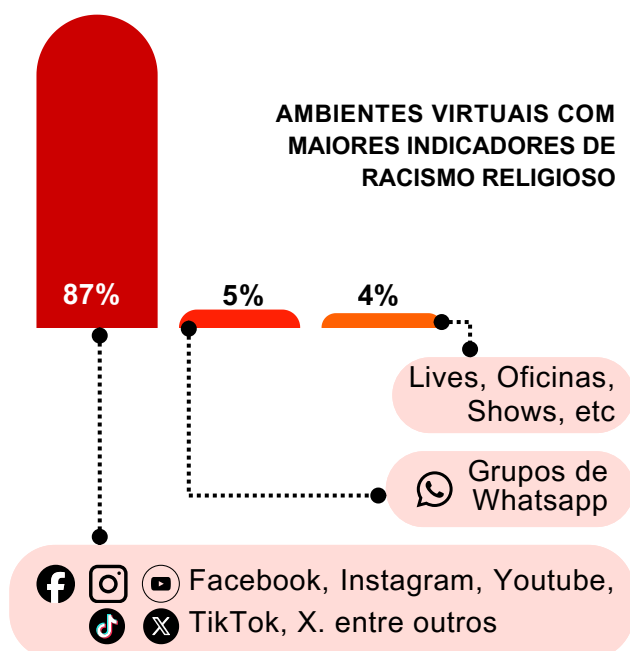
Quem pratica o crime

Os crimes de racismo religioso são cometidos nos mais variados ambientes, desde invasões aos terreiros, até mesmo na rua, no trabalho, na escola, numa repartição pública, ou até mesmo na família. Os entrevistados responderam quem são estes criminosos (em %):



Racismo religioso na internet

Os ambientes digitais têm se apresentado cada vez mais como espaços propícios para a manifestação deste tipo de crime, provocando formas de violência que impactam diretamente na saúde do povo de terreiro.



Reparações

Como defender e reparar os povos tradicionais de matriz africana, frente aos desafios e questões identificadas nesta pesquisa?

As lideranças religiosas sugeriram diversas estratégias para o enfrentamento e proteção diante ao racismo religioso.



Também foram apontadas outras perspectivas de resistência e luta:

- Reagir
- Novos órgãos de apoio
- Ocupar espaços públicos
- Acionar a polícia
- Fazer um Boletim de Ocorrência
- Mais fiscalização
- Menor exposição
- Vigilância no entorno dos terreiros



Os entrevistados acreditam que a mobilização das comunidades tradicionais de terreiros pode combater o racismo religioso para a formulação de políticas públicas protetivas e melhorando os mecanismos governamentais de punição.

Disque 100 — dados nacionais do racismo religioso

- Em 2024, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania) registrou 2.472 denúncias de intolerância religiosa em todo o Brasil — um aumento de 66,8% em relação a 2023 (1.481 denúncias). Entre 2021 e 2024, o crescimento acumulado das denúncias foi de 323,29%.
- Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, o Disque 100 recebeu 2.774 denúncias de intolerância religiosa, mantendo a tendência de alta.
- As religiões de matriz africana continuam entre as mais atingidas: somente em 2025, a Umbanda concentrou 228 registros e o Candomblé 161, além de outras religiosidades afro-brasileiras.
- Os estados com mais denúncias em 2025 foram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Subnotificação

Ainda que os canais de denúncias estejam funcionando nos últimos 4 anos, os dados apresentados nas pesquisas oficiais do Estado não refletem a realidade vivida pelos povos de religiões de matriz africana. É nos terreiros que as vítimas se sentem acolhidas e muitas delas não se sentem seguras de fazer um boletim de ocorrência nas delegacias ou registrar no disque 100, porque acreditam que poderão sofrer um novo episódio de racismo religioso e que os criminosos não serão responsabilizados. O sentimento de impunidade ainda perdura entre as nossas comunidades.

Marco legal

A Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, equiparou a injúria racial ao crime de racismo, com pena de dois a cinco anos de prisão e multa para quem impedir, obstar ou usar violência contra manifestações ou práticas religiosas de matriz africana. O crime passou a ser inafiançável e imprescritível.

Mulheres de Axé pelo Brasil

De São João de Meriti, Baixada Fluminense, para todo o Brasil: assim poderia ser resumida a trajetória do projeto **Mulheres de Axé - Mobilizadas contra a violência doméstica e familiar** desde que iniciamos este trabalho em 2005. O que começou como um projeto voltado à nossa comunidade no Ilê Omolu Oxum se transformou, ao longo desses anos, em uma rede viva de mulheres de terreiro espalhadas por diferentes estados, levando essa discussão para dentro de suas próprias casas de axé.

Percorremos muitos caminhos nesse período: estivemos em encontros e seminários no Rio de Janeiro, em rodas de conversa e em atividades formativas no Acre, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, e em outros estados onde a Renafro mantém os seus 56 núcleos regionais. Em cada lugar, a mesma constatação: o terreiro é, muitas vezes, o primeiro (e às vezes o único) espaço onde uma mulher em situação de violência se sente segura para falar. Não é incomum que mulheres cheguem às nossas portas em busca de acolhimento espiritual e ali, pouco a pouco, abram espaço para contar o que vivem em casa. Por isso, formar lideranças religiosas para reconhecer os sinais da violência doméstica e saber orientar essas mulheres aos canais corretos tornou-se uma das frentes mais importantes do nosso trabalho.

Esses anos de luta trouxeram conquistas que não podem ser esquecidas. Vimos mais mulheres conhecendo a Lei Maria da Penha. Vimos terreiros que antes evitavam o tema passarem a promover suas próprias rodas de conversa sobre violência doméstica. Vimos filhas de santo se tornarem multiplicadoras, levando o livreto Mulheres de Axé - Mobilizadas contra a violência doméstica e familiar para outras casas, outras cidades, outras comunidades. Vimos parcerias se consolidarem com universidades e órgãos do governo federal, abrindo portas que antes pareciam fechadas para o povo de terreiro. E vimos, sobretudo, mulheres que antes se calavam encontrarem coragem para denunciar, seja a violência doméstica, seja o racismo religioso que sofrem em suas próprias peles.



Um marco importante dessa caminhada foi a criação da pesquisa **Respeite o meu Terreiro**, coordenada desde 2021 em parceria com a Renafro, que nasceu da constatação de que faltavam dados oficiais sobre a violência sofrida pelos povos de terreiro. A primeira edição, de 2022, teve repercussão nacional e levou recomendações específicas ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. A segunda edição, realizada em 2025, ouviu mais de 500 lideranças em todo o país, um retrato sem precedentes da realidade enfrentada por mulheres como nós.

Mas seria prematuro dizer que o caminho está completo. Os números que apresentamos nesta publicação mostram que a violência contra a mulher segue crescendo no Brasil, e que mulheres negras continuam sendo as mais atingidas, tanto pela violência doméstica quanto pelo racismo religioso. Isso só reforça o motivo pelo qual seguimos nessa estrada: porque ainda há muita gente para alcançar, muitos terreiros para visitar, muitas rodas para escutar e falar.

Este trabalho, iniciado há mais de duas décadas e que contou com o apoio da Ekedí Wania Santanna a partir de 2010, tem se mostrado que só é possível graças a cada terreiro que nos recebeu, a cada liderança que abriu sua casa para essas conversas, e a cada **Mulher de Axé** que, à sua maneira, carrega esse compromisso adiante. Alguns registros fotográficos dessas vivências, encontros, formações, marchas e momentos de troca entre terreiros de diferentes regiões podem ser vistos nas páginas a seguir, como forma de compartilhar com vocês um pouco dessa memória coletiva que construímos juntas.



A luta continua e ela é de todas nós.

Mãe Nilce de Iansã
Iyá Egbé do Ilê Omolu Oxum



Congresso Nacional 20 anos da Renafro - Salvador (BA) - 2023



Encontro Estadual Mulheres de Axé - Salvador (BA) - 2023



Residência da Makota Valdina - Salvador (BA) - 2016



Terreiro do Gantois - Salvador (BA) - 2024



Congresso Nacional 20 anos da Renafro - Salvador (BA) - 2023



Fórum da Defensoria Pública da Bahia - Salvador (BA) - 2024



Sítio do Pai Adão - Recife (PE) - 2017



Ilê Omolu Oxum - São João de Meriti (RJ) - 2014



Casa Iyá Ana de Logum - Rio de Janeiro (RJ) - 2014



Dia da Consciência Negra - Quilombo das Palmeiras (AL) - 2025



Ilê Asé Oyá Obanikó - João Pessoa (PB) - 2016



Oficina Mulheres de Axé - Hospital Ipanema - Rio de Janeiro (RJ) - 2024



Centro Espírita de Umbanda Jesus Maria José - Fortaleza (CE) - 2016



Oficina Mulheres de Axé - Colégio Ateneu - Rio de Janeiro (RJ) - 2013



Ilê Axé Iyemonja Omi Olodo - Porto Alegre (RS) - 2014



Ylê Axé Opó Omim - Londrina (PR) - 2025



Oficina Mulheres de Axé - Natal (RN) - 2016



Grupo União Espírita Santa Barbara (GUESB) - Maceió (AL) - 2014

Canais de atendimento

Violência contra a mulher

- **Ligue 180** – Central de Atendimento à Mulher: gratuito, confidencial, 24 horas, todos os dias da semana, em todo o Brasil.
- **WhatsApp do Ligue 180:** (61) 9610-0180.
- **E-mail do Ligue 180:** central180@mulheres.gov.br.
- **Atendimento por videochamada em Libras** (Língua Brasileira de Sinais), disponível pelo site do Ministério das Mulheres.
- **Polícia Militar** (emergência): 190.
- **Disque Denúncia / Disque 100:** também recebe relatos sobre violência doméstica, embora o Ligue 180 seja o canal especializado para mulheres.



Canais de atendimento



Racismo religioso

- **Disque 100**

(Disque Direitos Humanos – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania): denúncias gratuitas, anônimas, com protocolo para acompanhamento.

- **WhatsApp do Disque 100:**

(61) 99611-0100

- **Telegram do Disque 100:**

Buscar "direitoshumanosbrasil" no aplicativo.

- **Videochamada em Libras:**

atendelibras.mdh.gov.br/aceso

- **Site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos:**

gov.br/mdh/pt-br/ondh

- **Plataforma Fala.BR** (Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Igualdade Racial): para denúncias formais.

- **Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)**

– Rio de Janeiro: (21) 2333-3509, Rua do Lavradio, 155, Lapa, RJ.

- **Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)**

– São Paulo: (11) 3311-3555, Rua Brig. Tobias, 527, Centro Histórico, SP.

- **Guia de Orientação para Denúncias de Racismo Religioso**

(Ministério da Igualdade Racial): disponível em gov.br/igualdaderacial.

- **Disque 136**

(Ministério da Saúde): denúncias de discriminação racial no atendimento de saúde. "Não fique em silêncio. Racismo faz mal à saúde."

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: presidencia.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2026.

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Adupé – Arte com axé e sustentabilidade.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. 3ª. Edição (2023).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Aláfia – Guia de direitos das mulheres negras.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2008).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Culinária de Axé – Troca de saberes e sabores nos terreiros.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2024).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **E Wa Jeum – Guia de receitas da culinária afro-brasileira.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (200X).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Ewé Lará – Guia de receitas da culinária afro-brasileira.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2008).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Ilê Omolu Oxum fazendo arte com axé.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2013).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Mulheres de Axé – Mobilizadas contra a violência doméstica e familiar.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. 2ª. Edição (2015).

ANSÃO, Mãe Nilce de. **Owó.** São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2016).



Referências

IANÃ, Mãe Nilce de. **Projeto Omi Odara 272 – Livro de receitas**. São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (1999).

IANÃ, Mãe Nilce de. **Mulheres guerreiras contra a violência**. São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2013).

IANÃ, Mãe Nilce de. **Moda de Terreiro**. São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2023).

IANÃ, Mãe Nilce de. **Moda de Terreiro – Respeitando o saber ancestral de cada tradição**. São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2025).

IANÃ, Mãe Nilce de; TEOBALDO, Marco Antonio. **Respeite o meu terreiro: Mapeamento da violência contra os povos de terreiro**. São João de Meriti / RJ. Ed. Ilê Omolu Oxum. (2022).

IANÃ, Mãe Nilce de; TEOBALDO, Marco Antonio. **Respeite o meu terreiro: Racismo religioso contra os povos tradicionais de religiões de matriz africana no Brasil**. Brasília / DF. Ed. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. (2025).

IANÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario de Souza. **Nosso Sagrado: combate ao racismo religioso**. Cadernos de Museologia Social, Universidade Lusófona, (2024).

ILÊ OMOLU OXUM. **Balaio de Omolu**, documentário 25 min. Produção QUIMERA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS, São João de Meriti RJ, (2021).
<https://www.youtube.com/watch?v=bC9LIVZEWXg>

NASCIMENTO, Maria do (Mãe Meninazinha de Oxum). **História de uma Meninazinha – O legado ancestral**. Projeto Memorial Iyá Davina – Mantendo o legado ancestral. Ed. da autora, (2015).

OXUM, Mãe Meninazinha de; IANÃ, Mãe Nilce de; TEOBALDO, Marco Antonio; **Museu Memorial Iyá Davina**, catálogo. Ed. ILÊ OMOLU OXUM, São João de Meriti RJ, (2026).
https://ileomolueoxum.org/museu-memorial-iy-davina/#flipbook-df_89/1/







Realização:

ILÊ OMOLU OXUM



Parceria:

